

A derrota dos princípios

NÃO é apenas o Executivo que não está sabendo conviver com um Congresso de prerrogativas restituídas e de competência ampliada pela Constituição. É também e principalmente o Congresso que não se tem mostrado disposto a sustentar o regime de austeridade econômica que se impõe, com a urgência das questões de salvação nacional — numa atitude que pouco ou nada tem a ver com o Governo e seus eventuais acertos ou desacertos políticos; e muito com o ano eleitoral em curso.

FALA-SE em derrotas sucessivas do Executivo, em seu esforço por redimensionar a máquina administrativa do Estado, reconhecidamente paquidêmica, e por reduzir o déficit público. Seria mais exato falar em derrotas da economia nacional e em frustração da sociedade, que clama por um Governo que empregue menos e exiba um mínimo de eficiência: um Governo que se pautar pela produtividade que é a saúde de qualquer economia; e que comece, pois, pela adequação entre meios e fins, ou seja, pela racionalidade.

MAS não tem sido em função da racionalidade que o Congresso tem deliberado. Tome-se, a título apenas do

exemplo mais recente, o comportamento do Senado Federal na segunda-feira, ao recriar estatais como a Empresa de Navegação da Amazônia (Enasa), a Companhia de Navegação do São Francisco (Franav), o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) e a Companhia Siderúrgica da Amazônia (Siderama), no bojo do decreto legislativo que sustou a privatização em curso da Companhia de Navegação do Lloyd Brasileiro: o Senado se absteve ciosamente de entrar no mérito da proposta do Executivo; garantiu-lhes graciosamente uma sobrevida sem emitir argumento algum que lhes mostrasse a razão de ser.

O SENADO preferiu reger-se por uma tendência desencadeada no Congresso desde que, em janeiro, rejeitou-se a Medida Provisória nº 25 — a que dispunha sobre o procedimento a ser adotado pelo Governo, nos casos de dissolução ou privatização de estatais. Renunciando a se pronunciar em razão de princípios, o Congresso se abriu, explicitamente, ao casuismo. E o casuismo é mercadoria de bom preço em ano eleitoral.

DE BOM preço político e de alto custo econômico e social: aí estão os funcioná-

rios do Ministério da Agricultura, a bater às portas do Supremo Tribunal Federal, para reivindicar isonomia com os níveis salariais vigentes no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), extinto pelo Presidente da República em outubro de 1987 e restabelecido, agora em março, pelo Congresso Nacional; aí estão, de liquidação sustada, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot), a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) — aí estão de volta à administração pública alguns milhares de servidores; e de volta às despesas públicas cerca de NCZ\$ 200 milhões, só em salários.

PREPAROU-SE, com o casuismo, uma ação do Congresso que mais se assemelha à de uma Câmara de Corporações, dos velhos figurinos autoritários — sob a égide de uma Constituição proclamada como "Constituição Cidadã"; e, sobre esse mercado de trocas com interesses corporativos, sustou-se, mais que um programa de governo, a satisfação do anseio nacional pela estabilidade econômica — para se voltar logo, paradoxalmente, à campanha eleitoral.